

CAPÍTULO IV

O COOPERATIVISMO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA PARA COMBATER O ENVELHECIMENTO DO PRODUTOR RURAL POR MEIO DE GERAÇÃO DE RENDA

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/estadodir14>

Nelson Soares da Silva Neto

Vanessa Cecin Chepp

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O capitalismo vem sendo analisado por diversos ângulos. Debatem-se os teóricos há anos quanto a suas práticas nocivas, mormente em tempos de pós-globalização e neoliberalismo. Considerando-se que o capitalismo implantou um sistema que enriqueceu poucos e enfraqueceu as econômicas da periferia há de se olhar não só as causas e malefícios, mas buscar uma nova ordem econômica e social que possa combater essa perniciosidade.

Partindo disso, o objetivo principal deste artigo consistiu em demonstrar que o cooperativismo quando associado a um modelo de economia solidária apresenta-se como meio eficaz para o combate ao desemprego, ao êxodo rural e em importante alternativa na geração de renda para as famílias das pequenas propriedades rurais. Serão exploradas as duas ferramentas (cooperativismo e economia solidária), apontando que ambas são complementares.

De modo mais específico, o trabalho pretende demonstrar que o modelo cooperativo que se instalou no país não se mostrou uma solução para a quebra desse paradigma de pobreza e submissão, pois foi corrompido e transformado em mais um instrumento de cooptação de mão de obra e de produção a baixo custo, sendo utilizado como meio de flexibilização das relações de trabalho, sem trazer renda e dignidade para o homem. Não se pode negar a existência de muitas cooperativas de alta rentabilidade e de alta eficiência econômica, contudo, nessas a gestão e a participação do cooperado serve, como mostram os estudos, apenas para legitimar o poder central controlador.

Nesse sentido, pretende-se responder com este trabalho que há a necessidade de se reinventar o modelo de cooperativismo, devendo esse ser moldado as bases de uma economia solidária, fugindo da lógica capitalista. Assim, crê-se na necessidade de um novo sistema de economia, implantado com foco em modelos alternativos, dentre os quais se apresentam as pequenas cooperativas familiares, efetivamente, as cooperativas de produção agroindustrial familiar.

De acordo com o último Censo Agropecuário, constata-se que a agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo, com um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, e é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é a responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo (IBGE, 2018).

Esses dados auxiliam em demonstrar a importância da agricultura familiar para a economia do Brasil, principalmente para a manutenção da população rural nas suas propriedades. Apesar de sua importância na economia e do volume da produção agrícola, esses agricultores estão sujeitos a um sem número de atravessadores, dificuldades de acesso a financiamento, de qualificação técnicas, e incentivos, o setor carece de alternativas para sua permanência no campo, ante a falta de mecanismos de proteção. Nesse sentido, a reunião dos pequenos produtores rurais em cooperativas de pequeno porte uma forma de proteção mútua.

Quanto à metodologia, o método de abordagem é o dedutivo, o qual, “[...] partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente).” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 88). Ou seja, por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem decrescente, de análise do geral para o particular, chega-se a uma conclusão. Como método de procedimento, adotou-se o monográfico, segundo o qual “[...] deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos.” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 90).

No que diz respeito à técnica de pesquisa, é basicamente a documental e bibliográfica, pautada na coleta de dados do Censo Agro 2017, em obras contemporâneas, em artigos de revistas jurídicas, em documentos oficiais, a partir da Constituição de 1988, como leis, e em páginas de *web sites* relacionadas ao tema objeto do estudo.

Desse modo, o assunto abordado é atual e a análise da temática é deveras relevante para que se estabeleçam novos paradigmas para a sociedade rural, com foco na organização social por meio de pequenas cooperativas fami-

liares e com foco na economia solidária, fazendo cumprir o papel de valorização do ser humano não como instrumento e fator de produção, mas como pessoa.

A AGRICULTURA FAMILIAR: PANORAMA GERAL, ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS PELO CENSO AGRO 2017

A Lei n. 11.326/2006 dispõe que agricultores familiares são aqueles que praticam atividades no meio rural, que possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento por parentes. Também classifica como agricultores familiares os silvicultores, aqüicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária (BRASIL, 2006).

Esses trabalhadores sofrem com a crescente exclusão dos mercados consumidores, diante das dificuldades de comercializar seus produtos diretamente para as redes de varejo, refletindo em altos níveis de pobreza no meio rural e migração para os centros urbanos.

Reforçando as dificuldades enfrentadas no campo pelas famílias de pequenos produtores rurais, Paul Singer (2002) explica que a difusão do capitalismo no nível urbano parece universalizar-se também no rural, de forma a desaparecer a estrutura familiar no meio rural e generalizar-se a grande exploração com crescente número de assalariados.

O recente Censo Agro 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que o número de jovens no campo vem diminuindo, ao passo que a população rural do Brasil ficou mais velha. O coordenador do levantamento, Antonio Florido, quando da apresentação dos dados preliminares em Audiência Pública fez uma síntese dos dados levantados que apontam para um envelhecimento sem renovação da força de trabalho:

Em 2006, quando foi realizado o último censo rural, as pessoas com mais 65 anos representavam 17,52% da

população do campo. Hoje, esse grupo gira em torno de 21,4%. A faixa etária entre 55 e 65 anos também aumentou quatro pontos percentuais, passando de 20% para 24% do total. Em contrapartida, o agrupamento entre 35 e 45 anos de idade encolheu de 21,93% para 18,29% da população rural e os jovens entre 25 e 35 anos, que representavam 13,56% do campo em 2006, hoje são apenas 9,48%. 'Detectamos também um aumento do número de recursos de aposentadorias e pensões no campo, o que reforça os dados de faixa etária confirmando que a população rural envelheceu, mesmo', reforçou o coordenador da pesquisa. (EMBRAPA, 2018b).

Os dados preliminares divulgados pelo IBGE apontam para a necessidade de se traçar estratégias para reversão desse envelhecimento, dando oportunidade para que o homem que nasce no campo permaneça em seu núcleo rural produzindo alimentos, ou que retorne ao meio depois de receber alguma qualificação nos centros urbanos, mas é imprescindível que continue o trabalho no campo ante a importância da agricultura familiar como pilar para toda a cadeia alimentar do brasileiro.

Pelos dados analisados dos estabelecimentos rurais pesquisados, é possível depreender que apenas 5,55% dos produtores homens e mulheres possuem ensino superior completo e 15,44% nunca frequentou a escola, sendo no total, uma massa de produtores formada predominantemente de homens com 81,3% do total de estabelecimentos; em 20,3% dos estabelecimentos rurais a direção é dividida por casais, dividindo todas ou parte das responsabilidades relativas ao estabelecimento e 73% da mão de obra utilizada na produção possui algum laço de parentesco com o produtor, mostrando a importância dessa mão de obra familiar nesse tipo de produção (IBGE, 2018).

Além da comprovação do envelhecimento da população rural, outro dado preocupante é que o número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias diminuiu 9,2% em relação ao último Censo (2003) enquanto no mesmo período foi registrado aumento na população absoluta do Brasil (IBGE, 2018).

Para reforçar o estudo e elaboração deste artigo, levou-se em consideração que 86% dos estabelecimentos rurais são mantidos pelos proprietários, ou seja, os ascendentes com grau de instrução rudimentar permanecem presos a terra por falta de oportunidade, enquanto os jovens (filhos) buscam novas oportunidades no meio urbano. É clara a constatação que a população mais jovem não permanece no campo, o que identifica uma crise de oportunidades, de condições favoráveis para que esta permaneça ligado ao meio rural de origem.

Apenas para ilustrar a importância da agricultura familiar para a alimentação do brasileiro ela é responsável por produzir 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (BRASIL, 2018b).

A longo prazo – e não é necessária uma análise apurada no assunto – é possível identificar que com o avanço da idade da população rural poderemos enfrentar uma crise de abastecimento de produtos alimentares básicos (arroz, feijão, mandioca, hortaliças), haja vista que o nicho do agronegócio é a produção de produtos exportáveis, corroboram esses dados o crescente número de benefícios e aposentadorias que foram concedidos no meio rural, também identificados na pesquisa Censo.

Os dados apontam para um problema iminente e grave, a lógica é que ações sejam apresentadas e discutidas para se reverter o prognóstico, uma dessas soluções que se apresentam é com a formação cooperativas agrícolas solidárias que possuem o cunho de garantir e organizar cadeias produtivas das quais os pequenos produtores possam participar.

COOPERATIVISMO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA E UMA NOVA OPORTUNIDADE

Compreendida a problemática atual no meio rural enfrentado na agricultura familiar, passa-se à exposição do cooperativismo.

Nesse sentido, é relevante observar que o modelo cooperativista ingressou no Brasil pelos imigrantes europeus, no final do século XIX, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, como estratégia para superar as dificuldades econômicas e culturais em que viviam ao desembarcarem em solo brasileiro. Foi a partir daí que foram criadas as primeiras cooperativas de consumo, crédito, e agropecuárias, registradas oficialmente, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

Nas cooperativas de consumo, observou-se uma crescente nas décadas de 1950 e 1960. Na época, apenas 45% da população concentrava-se nas regiões urbanas, nas quais se projetaram as cooperativas de crédito e serviços, apresentando-se inicialmente mais dinâmicas que as do setor agropecuário (GAIGER, 2013). Essas cooperativas agrárias, contudo, muitas devido ao mau gerenciamento, ao abandono dos ideais cooperativistas, por falta de incentivo governamental, ou ausência de crédito, acabaram por encerrar suas atividades, sobrevivendo no mercado apenas as cooperativas que adotaram modelos capitalistas de administração, contudo, essas cooperativas em sua maioria não dão guarida ao pequeno produtor rural.

O modelo de desenvolvimento predominante ao longo do século XX é outro fator explicativo do declínio dessas cooperativas, ao ter gradativamente propiciado a expansão das grandes empresas capitalistas, estimulando a proliferação de complexas redes de supermercados, organismos financeiros, seguradoras, etc., que substituíram os serviços anteriormente prestados pelas cooperativas (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

Nesse cenário, o declínio das cooperativas também se deu adiante das exigências competitivas impostas pelo mercado, internacional e interno, que tornaram a sobrevivência de cooperativas, com pequena capacidade de produção e comercialização, mais difícil.

O modelo de cooperativismo agrícola que desde então predomina no Brasil tem reproduzido o domínio de uma elite conservadora, voltada a uma economia basicamente agroexportadora – hoje, o *agrobusiness*. Esse quadro esteve amparado em uma política de controle social e de intervenção estatal que não trouxe mudanças significativas para os trabalhadores coope-

rativados no meio rural. Ao contrário, o modelo contribuiu para a concentração da propriedade fundiária e para instilar a desconfiança entre os pequenos agricultores acerca do cooperativismo (SCHNEIDER; LAUSCHNER, 1979).

Para esses agricultores, as cooperativas serviram décadas atrás como instrumentos coletivos de desenvolvimento econômico e de fortalecimento comunitário, mantendo-se acessíveis e próximas aos seus interesses. Já o cooperativismo agropecuário moderno converteu-se em um mecanismo de aliança empresarial, extremamente sensível ao poder econômico. Tais cooperativas resumiram-se a uma modalidade de empresa econômica, visando a reforçar o poder de classe dos produtores rurais e a garantir melhor barganha dos recursos públicos, do que decorreu sua forte dependência das políticas de governo e da habilidade de suas lideranças em transacionar com as forças políticas do Estado.

Hoje, o cooperativismo brasileiro apresenta-se heterogêneo quanto à natureza e à escala de suas atividades, à complexidade das organizações cooperativas e, fundamentalmente, a seus princípios de gestão e suas orientações ideológicas. Grandes cooperativas funcionam como empresas de capital, voltadas à lucratividade no mercado, empenhadas na profissionalização e na racionalização administrativa e valendo-se de modernas tecnologias para lograrem ganhos em escala e eficiência. No extremo oposto, pequenas cooperativas nas periferias urbanas, voltadas à inserção socioeconômica e a necessidades básicas de populações pobres, manifestam uma índole igualitarista e valorizam o fato de governarem-se participativamente. (GAIGER, 2013).

Diante disso, observa-se que esse modelo de cooperativa que se apresenta no Brasil contemporâneo não acolhe o pequeno produtor rural, ou seja, a agricultura familiar se recente de um modelo econômico de gestão que possa ao mesmo tempo gerar renda e que não seja exploratória, por essa razão, tem-se como uma alternativa com a junção do modelo cooperativista com os princípios da economia solidária.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVA PARA O COOPERATIVISMO RURAL EXPLORATÓRIO

Diante da crise de identidade do modelo de cooperativismo apresentado em nosso país, a economia solidária é um projeto de geração de renda focado no trabalho e não no capital, ao contrário do capitalismo. Seria, então, uma nova forma de organização da economia que visa ao homem como prioridade, deixando a forma de exploração do ser humano como se este fosse um material como força de trabalho (ARRUDA, 2015).

O termo economia solidária passou a ser difundido no Brasil ao longo da década de 1990 na medida em que iniciativas econômicas despontaram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão (GAIGER, 2013).

Em seu estudo, Oliveira (2004) define seis dimensões para conceituar um empreendimento de economia solidária: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios. Nesse sentido, a economia solidária mostra-se como uma alternativa de manutenção e sobrevivência das famílias que atuam na produção rural.

Por seu turno, as vertentes mais antigas do associativismo rural expressam-se por meio de um sem-número de associações de apoio à produção familiar. Tais iniciativas permanecem, via de regra, restritas em seus fins e espaços de atuação, mas têm preservado a cultura associativa no meio rural, lastreando as iniciativas que hoje prevalecem entre os empreendimentos registrados pelo mapeamento da economia solidária.

O termo “solidário”, que grande parte dessas cooperativas passou a se autoadjetivar posteriormente, além demarcar um campo ideológico próprio de articulação que emergiu dentro do cooperativismo brasileiro, pretendeu sinalizar um conjunto de procedimentos que norteavam o funcionamento dessas organizações e que futuramente geraria uma organização de representação nacional.

É então que, ao lado das cooperativas empresárias e de processos isolados, surgem depois da década de noventa, alguns movimentos articulados de constituição de cooperativas com base expressiva na agricultura familiar com fundamentação no princípio da Economia Solidária. Por se formarem fora dos esquemas tradicionais do cooperativismo, essas organizações foram denominadas pelos adjetivos “alternativas, populares e/ou participativas”, diante do forte vínculo social. São cooperativas que atuavam especialmente no ramo do crédito, produção agropecuária, trabalho e serviços.

Esse cooperativismo, que renasce das bases dos movimentos sociais urbanos e rurais, têm uma intenção muito semelhante ao movimento cooperativo de vertente socialista que surgiu na Europa amparado na inclusão econômica e social, de trabalhadores que enfrentavam problemas causados pelo modelo de desenvolvimento.

Assim como o movimento de Rochdale¹, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária também foi construído e gestado durante períodos de recessão econômica e restrição das políticas de desenvolvimentos. Esse contexto gerou um movimento de luta pela própria sobrevivência e resistência social e econômica.

Assim, o modelo proposto na economia solidária é uma alternativa apresentada para garantir o abastecimento alimentar e evitar a migração dessa classe produtiva para os centros urbanos, já saturados de mão de obra e com problemas típicos das grandes cidades: altos índices de violência, falta de moradia, transporte, entre tantos outros.

Essas organizações funcionam na base da solidariedade, autogestão e cooperação e se fortalecem a partir da busca pela igualdade social, na autonomia institucional e na gestão democrática, com participação e igualdade social (BRASIL, 2012). Seu objetivo não é a busca pelo lucro, mas pela promoção do desenvolvimento com inclusão social da comunidade local.

1 A Sociedade Equitativa dos Pioneiros, de Rochdale, fundada em 1844, foi uma cooperativa de consumo, formando a base para o moderno movimento cooperativo, sendo também uma das primeiras a pagar um dividendo.

O ideário do Cooperativismo Solidário se articula ao entorno das crenças do movimento autogestionário. O Cooperativismo Solidário é pautado pela concepção de que os empreendimentos solidários manifestam outro modo de produção ou uma outra economia (CATTANI, 2003).

Diferente das empresas tradicionais, o Cooperativismo Solidário entende a organização como sistema cultural que avança no envolvimento das pessoas para além do capital e oferece uma estrutura de valores e normas, uma maneira de pensar, e um modo de apreender o mundo que orienta a conduta dos seus atores.

A autogestão é destacada como vetor de eficiência e inclusão, em práticas que estão além dos objetivos econômicos e que consolidam o empreendimento a cooperação no trabalho, na gestão e no controle social propiciam fatores de eficiência, promovem a viabilidade e cooperativa. Pela autogestão as cooperativas alcançariam o diferencial da “[...] economia de controles, com utilização da racionalidade e criatividade da ação conjunta e interativa dos membros, na construção de estratégias de produção, consumo e de criação do conhecimento.” (CATTANI, 2003).

AS COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS: MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A Agricultura Familiar é o principal público das Cooperativas Solidárias. No entanto, embora esse segmento seja responsável pela produção da maioria dos alimentos, destinados à alimentação da população brasileira, verifica-se que percentual considerável desses agricultores ainda encontra-se sem condições mínimas de dignidade, sendo necessário o fortalecimento das organizações que têm como missão apoiar esse público, dentro desse processo organizativo.

A cooperativa agropecuária pode reunir, como associados, produtores autônomos que compram e vendem em conjunto, por meio da cooperativa ou produtores que formam unidades produtivas comuns, exploradas por trabalhadores familiares.

Independentemente do tipo de cooperativa, o cooperativismo pode se apresentar como um modelo de economia solidária que procura maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o fator capital. Isso significa que o cooperativismo é uma associação socioeconômica de pessoas (e, em certos casos, de pequenas empresas, não caracterizadas claramente como empresas de capital com fins lucrativos) que produz bens e serviços.

O cooperativismo como economia “*sui generis*” tem como principais vetores: 1) assegurar poder econômico igual para todos, oferecendo um voto por associado (e não um poder de decisão segundo o valor das quotas integralizadas na cooperativa ou segundo o número de ações como nas empresas não-cooperativas); 2) operar apenas ao nível dos custos, isto é, elimina todo e qualquer lucro, assegurando que o excedente gerado (depois de pagos os insumos, o fator capital e trabalho e os impostos), seja distribuído segundo as operações dos associados para com a cooperativa (e não segundo o valor das quotas dos mesmos ou segundo as ações nas não cooperativas); 3) assegurar remuneração fixa ao capital em forma de juros (com ou sem correção monetária, e não remuneração segundo o excedente gerado); 4) objetiva exclusivamente beneficiar os associados (e não o capital).

A redução de custos em relação às receitas e a conquista de mercados privilegiados, como resultado da eficiência gerencial da cooperativa, redundará, portanto, em benefício dos produtores, isto é, em eficácia da empresa. Reside aí, na agricultura familiar, a principal razão da conveniência cooperativa em relação a empresas não cooperativas.

A união de agricultores familiares em cooperativas (ou outros modelos de economia solidária), permite gerar economia de escala em nível local e global e condições de concorrência com os setores oligopolizados do complexo rural.

As cadeias de economia solidária podem significar integrações verticais, exercendo funções diversas dentro de todo complexo rural, produzindo os insumos principais, mantendo armazenamento, setores de beneficiamento e agroindustrialização e canais de comercialização próprios. Esses modelos por operarem apenas ao nível dos custos, não gerando lucro, transferem aos

produtores rurais associados, sob forma de melhor preço e mais capital, a parte reservada ao lucro ao longo de toda cadeia do complexo rural; de todo abastecimento de bens de consumo e insumos aos associados; de todo fluxo financeiro unido aos processos de bens e serviços; e dos mais diversos serviços prestados aos associados.

A união cooperativa em todos os níveis pode significar uma estrutura de mercado eficiente porque beneficiará os produtores e consumidores em lugar dos intermediários.

Os exemplos de sucesso demonstram a importância da coesão e da interação social no desenvolvimento de economias locais. O diálogo entre os atores envolvidos, ocorrendo uma reconexão da cadeia alimentar, em que produtores e consumidores por meio da proximidade constituem relações de exigências, negociações, trocas e suportes, construindo e consolidando relações pautadas em uma moral que transcende o âmbito econômico.

Ainda que na última década as políticas públicas tenham avançado e apoiem a construção de cadeias curtas de abastecimento, como o Programa de Alimentação Escolar já vigente em todo o país, e que determina que toda a rede educacional pública garanta a aquisição da merenda escolar em pelo menos 30% na produção rural local, observam-se ainda, entraves para a concretização de toda a potencialidade do programa.

Nesse sentido, acredita-se que o cooperativismo de viés solidário poderia ser uma das formas de organização que viabilizaria a agricultura familiar em confronto com o moderno *agrobusiness*.

Para isso o cooperativismo teria que modernizar a administração das explorações rurais e tornar eficiente o complexo rural de cada produto, maximizando os resultados para a agricultura familiar.

Observam-se como resultados aparentes dessas novas relações uma modificação do consumo de alimentos mais saudáveis aliado ao fomento às práticas de produção consideradas menos nocivas ao ambiente, um modelo de desenvolvimento que promove não só crescimento econômico como também justiça social, conservação ambiental e saúde pública.

CONCLUSÃO

O agronegócio é um dos grandes vetores da economia brasileira, e a agricultura familiar é a responsável por grande parte dos alimentos consumidos na mesa do brasileiro, a qual está envelhecida haja vista que os jovens não diante da ausência de boas oportunidades e perspectivas seguem para o meio urbano em busca de novas oportunidades.

Se por um lado há um Brasil próspero, ligado ao agronegócio, de outro temos as pequenas propriedades rurais ligadas às famílias que se dedicam à produção de alimentos, sem uma cadeia organizada e definida. As grandes cooperativas rurais administradas e com conceitos de verdadeiras empresas capitalistas ligadas ao comércio exportador progridem em uma economia que privilegia os grandes grupos empresariais, de outro lado temos uma insurgente e necessária tentativa de formação e fortalecimento das cooperativas agrárias solidárias como alternativa de manutenção do pequeno produtor e sua família permanecerem no campo.

Dessa forma, observa-se que a agricultura familiar é a grande responsável pelos alimentos consumidos no Brasil, no entanto essa importância estratégica não se apresenta do mesmo modo como vetor de garantia de renda. Das razões dessa afirmação, vamos colher a necessidade de manter o homem rural no meio rural, evitando que as novas gerações busquem nos centros urbanos os meios de sua subsistência, bem como que aqueles que estão no campo tenham condições de produzir e vender seus produtos pelo melhor preço, ou seja, atingir os grandes centros por meio de organizações que facilitem a produção, o escoamento, a armazenagem, e organizem a comercialização desses produtos com melhor valor agregado.

Isso se mostra necessário, pois o que se tem visto é que o agricultor familiar tem sido objeto de exploração econômica, dos armazéns e atravessadores que compram a produção rural de diversos pequenos produtores, organizam e vendem aos conglomerados de abastecimento, no tempo e modo certo realizando e embolsando os lucros da produção.

Desse modo, a organização de cooperativas solidárias no meio rural que vise agregar os produtores de determinado produto ou região em torno de um mesmo ideal mostra-se na prática uma alternativa para fugir da exploração econômica imposta pela lógica capitalista. As cooperativas permitem um plantio e uma comercialização racional pelo produtor rural, a compra de insumos diretamente da indústria e o compartilhamento de maquinário e novas técnicas rurais de plantio, podendo-se ainda agregar valor aos produtos certificados, mascas próprias e de origem orgânica.

Não se pode perder de vista que no sistema de cooperativas solidárias os produtores estão unidos com o intuito de cooperação mútua para vencer barreiras que se apresentam para todos, como os riscos e custos da produção, entre outros, bem como igualmente dividir os lucros em nome da coletividade.

Por outro lado, as práticas rurais de Cooperativismo Solidário, hoje, está muito atrelada a movimentos sociais ligado a sindicatos e necessitam sem sombra de dúvidas ganhar corpo próprio, o que só é possível com a ajuda estatal para sua manutenção e continuidade, pois ante a importância estratégica para a alimentação do brasileiro o Estado deve promover políticas públicas que garantam acesso dessas cooperativas solidárias ao crédito rural, que fomentem o aprimoramento das técnicas de produção, bem como garantir a compra da produção como por exemplo se verifica na aquisição de produtos para a merenda escolar.

Dessa forma, as cooperativas agrárias solidárias mostram-se como uma importante alternativa para manter o homem no campo e trazer renda e dignidade a esse trabalhador.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. S. O. *et al.* Economia solidária e Desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 163-178, 2015.

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 14 jul. 2019.

CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Agricultura familiar, Gestão ambiental e territorial:** sem renovação, população rural brasileira envelhece. 2018a. [Elaborada por Fabio Reynol]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/34653595/sem-renovacao-populacao-rural-brasileira-envelhece>. Acesso em: 14 jul. 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Sem renovação, população rural brasileira envelhece.** 2018b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/34653595/sem-renovacao-populacao-rural-brasileira-envelhece>. Acesso em: 4 abr. 2021.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Rev. bras. Ci. Soc.,** São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9092013000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017.** Infográficos. 2018. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/genero.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A. A. Significado e interferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. *In:* GAIGER, L. I. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 323-370.

SCHNEIDER, J.; LAUSCHNER, R. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro. *In: O Cooperativismo no Brasil: enfoques, análises e contribuição.* Rio Grande do Sul: Fundação Friedrich Neumann e Associação de Orientação às Cooperativas, 1979. p. 1-58.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.